

Ofício n.º 491/2025 – ADM

Uruguaiana, 12 de dezembro de 2025.

**Assunto: Resposta ao Ofício nº 188/2025**

OFÍCIO 965

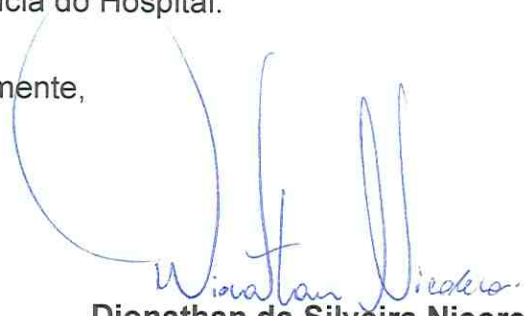
Exmo. Sr. Vereador,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, em resposta ao ofício acima epigrafado da Comissão de Serviços Municipais, vimos informar que os valores recebidos através das Leis Municipais n.º 5.925/2025 e 5.938/2025, que acarretaram nos Termos de Fomento n.º 077/2025 e n.º 082/2025, já foram objeto de prestação de contas ao Poder Executivo, conforme se comprova com os ofícios em anexo.

O primeiro recurso recebido, na quantia de R\$ 600.000,00, foi utilizado para a quitação de pendências pontuais ainda existentes da folha de pagamento relativa ao mês de junho/2025 e par o pagamento parcial de 40% da folha de pagamento do mês de julho/2025, referente a médicos celetistas, honorários médicos de prestadores autônomos e serviços médicos prestados de pessoas jurídicas.

Já com o valor recebido de R\$ 1.300.000,00 foi realizada a quitação da folha de pagamento do mês de julho/2025 de todos os profissionais médicos vinculados as atividades de assistência do Hospital.

Atenciosamente,



**Dionathan da Silveira Nicorena,**  
**Gestor Administrativo**  
**Hospital Santa Casa de Uruguaiana.**

**Exmo. Sr. Ver.**

**Antônio Egídio Rufino de Carvalho**

**Presidente da Comissão de Serviços Municipais, Saúde, Educação, Segurança Pública, Desenvolvimento Econômico e Mercosul**

**NESTA**

Ofício n.º 430 /2025 – ADM

Uruguaiana, 27 de outubro de 2025.

À  
Secretaria Municipal de Saúde  
Ilma. Sra. Secretária de Saúde  
Ane Caroline Barreto  
Nesta.

RECEBI EM  
27/10/25  
HORARIO 11:40

**Assunto:** Prestação de Contas – Inexigibilidade n.º 043/2025  
Termo de Fomento n.º 077/2025  
Processo Administrativo n.º 26194/2025

**Ilustríssima Senhora,**

Ao cumprimentá-la cordialmente, vimos pelo presente encaminhar os documentos necessários a fim de apresentar o requerimento de prestação de contas referente a Inexigibilidade n.º 043/2025, Termo de Fomento n.º 077/2025, firmado com este Hospital para fins de auxílio financeiro ao pagamento de salários de médicos celetistas, honorários médicos de prestadores autônomos e serviços médicos prestados de pessoas jurídicas, conforme valores recebidos na data de 25/09/2025 no montante de R\$ 600.000,00, de acordo com a Lei Municipal n.º 5.925/2025 e plano de trabalho apresentado por este nosocômio.

Assim, na data de 25/09/2025 o Hospital efetuou o pagamento líquido da quantia de R\$ 622.200,70, referente a quitação de pendências pontuais ainda existentes da folha de pagamento relativa ao mês de junho/2025 e pagamento parcial de 40% da folha de pagamento do mês de julho/2025, conforme se comprova com o relatório financeiro anexo e comprovantes de todas as transferências bancárias, tendo a conveniente aportado a quantia de R\$ 22.200,70 como recursos próprios para o atingimento da finalidade.

Esclarece-se, por oportuno, que o valor incluído na presente prestação de contas acerca das despesas médicas da instituição não considerou a quantia dispendida com o pagamento da folha líquida dos profissionais lotados na Unidade de Pronto Atendimento Zilda Arns bem como o pagamento dos valores da remuneração dos médicos decorrente das cirurgias eletivas, recursos estes já repassados pelo Município através de termos de convênios próprios.

Informamos que as informações financeiras e dados pessoais dos profissionais médicos bem como dos prestadores pejetizados são abrangidos pelas cláusulas contratuais de confidencialidade e privacidade de dados, razão pela qual solicita-se a esta conveniente e demais órgãos públicos envolvidos que se atenham a guarda do sigilo das informações, sob pena de responsabilização por eventuais danos causados em caso de vazamento de dados, em atenção à Lei Geral de Proteção de Dados e à Constituição Federal.

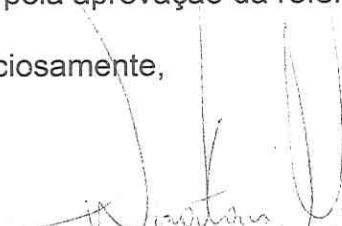


SANTA CASA  
de URUGUAIANA

Neste sentido, ciente de que a referida prestação de contas deverá ser encaminhada para aprovação junto ao Conselho Municipal de Saúde, nos termos da Lei Municipal n.º 5.925/2025, enviamos o relatório financeiro e os comprovantes de pagamento com a anonimização dos dados identificáveis.

Diante do exposto, permanecendo à disposição para o que for necessário, protesta-se pela aprovação da referida Prestação de Contas.

Atenciosamente,

  
**Dionathan da Silveira Nicorena**  
Hospital Santa Casa de Uruguaiana  
Gestor Administrativo



Ofício n.º 446 /2025 – ADM

Uruguaiana, 05 de novembro de 2025.

À  
Secretaria Municipal de Saúde  
Ilma. Sra. Secretária de Saúde  
Ane Caroline Barreto  
Nesta.

RECEBI EM  
5 / 11 / 25  
HORÁRIO 10:25

**Assunto:** Prestação de Contas – Inexigibilidade n.º 046/2025  
Termo de Fomento n.º 082/2025  
Processo Administrativo n.º 27212/2025

**Ilustríssima Senhora,**

Ao cumprimentá-la cordialmente, vimos pelo presente encaminhar os documentos necessários a fim de apresentar o requerimento de prestação de contas referente a Inexigibilidade n.º 046/2025, Termo de Fomento n.º 082/2025, firmado com este Hospital para fins de auxílio financeiro ao pagamento de salários de médicos celetistas, honorários médicos de prestadores autônomos e serviços médicos prestados de pessoas jurídicas, conforme valores recebidos na data de 07/10/2025 no montante de R\$ 1.300.000,00, de acordo com a Lei Municipal n.º 5.938/2025 e plano de trabalho apresentado por este nosocômio.

Assim, nas datas de 07/10 e 10/10/2025 o Hospital efetuou o pagamento líquido da quantia de R\$ 1.310.207,01, referente ao pagamento parcial de 60% da folha de pagamento do mês de julho/2025, com a quitação da mesma, conforme se comprova com o relatório financeiro anexo e comprovantes de todas as transferências bancárias, tendo a conveniente aportado a quantia de R\$ 10.207,01 como recursos próprios para o atingimento da finalidade.

Esclarece-se, por oportuno, que o valor incluído na presente prestação de contas acerca das despesas médicas da instituição não considerou a quantia dispendida com o pagamento da folha líquida dos profissionais lotados na Unidade de Pronto Atendimento Zilda Arns bem como o pagamento dos valores da remuneração dos médicos decorrente das cirurgias eletivas, recursos estes já repassados pelo Município através de termos de convênios próprios.

Informamos que as informações financeiras e dados pessoais dos profissionais médicos bem como dos prestadores pejetizados são abrangidos pelas cláusulas contratuais de confidencialidade e privacidade de dados, razão pela qual solicita-se a esta conveniente e demais órgãos públicos envolvidos que se atenham a guarda do sigilo das informações, sob pena de responsabilização por eventuais danos causados em caso de vazamento de dados, em atenção à Lei Geral de Proteção de Dados e à Constituição Federal.



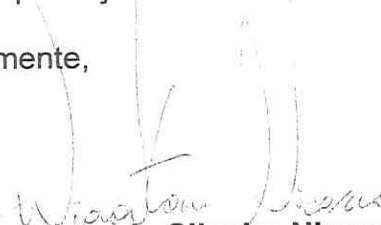


**SANTA CASA**  
**de URUGUAIANA**

Neste sentido, ciente de que a referida prestação de contas deverá ser encaminhada para aprovação junto ao Conselho Municipal de Saúde, nos termos da Lei Municipal n.º 5.938/2025, enviamos o relatório financeiro e os comprovantes de pagamento com a anonimização dos dados identificáveis.

Diante do exposto, permanecendo à disposição para o que for necessário, protesta-se pela aprovação da referida Prestação de Contas.

Atenciosamente,

  
**Dionathan da Silveira Nicorena**  
Hospital Santa Casa de Uruguaiana  
Gestor Administrativo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

Of. nº 468 /2025

Uruguaiana, 03 de Dezembro de 2025.


Exmo. Sr.  
Dionathan Nicorena  
Santa Casa de Caridade de Uruguaiana  
Rua Domingos de Almeida, 3801, São Miguel - Uruguaiana RS.

**Assunto: Ofício nº 852/2025 de procedência do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - SIMERS.**

Prezado Senhor

1. No ensejo de cumprimentá-lo cordialmente, na condição de Responsável pela Santa Casa de Caridade no município de Uruguaiana, servimo-nos do presente para convidá-lo a manifestar-se a respeito do Ofício nº 852/2025 recebido pela Comissão de Serviços Municipais desta Casa Legislativa, que versa sobre solicitação do exercício da função fiscalizatória na aplicação dos recursos municipais destinados à Santa Casa, conforme ofício em anexo.
2. Sendo o que tínhamos para o momento, contamos com sua participação.

Atenciosamente,

  
**Ver. Antônio Egídio Rufino de Carvalho**

**Presidente da Comissão de Serviços Municipais, Saúde, Educação, Segurança Pública,  
Desenvolvimento Econômico e Mercosul.**

Santa Casa de Caridade de  
Uruguaiana  
Naiana Pinheiro Rodrigues  
Secretaria Administração  
04/12/2025



Porto Alegre, 22 de outubro de 2025.

Ofício nº 852/2025 – JUR/SEC

Ilustríssimo Senhor Joalcei Alves Gonçalves  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Uruguaiana/RS

Assunto: Exercício da função fiscalizatória – aplicação dos recursos municipais destinados à Santa Casa de Caridade de Uruguaiana.

Senhor Presidente,

O Sindicato Médico do Rio Grande do Sul – SIMERS, entidade representativa dos profissionais médicos no Estado, no exercício de sua função institucional de defesa da categoria e da regularidade da assistência em saúde, vem, respeitosamente, solicitar que essa Casa Legislativa exerça de forma efetiva sua função fiscalizatória em relação à aplicação dos recursos municipais destinados à Santa Casa de Caridade de Uruguaiana, especialmente quanto ao cumprimento das metas, prazos e condições legais recentemente aprovadas por este Parlamento.

Aprovada recentemente na Câmara Municipal, o Projeto de Lei nº 165/2025 autorizou o Município a repassar R\$ 1.300.000,00, a título de subvenção social de auxílio financeiro, à Santa Casa de Caridade de Uruguaiana, destinados ao pagamento de salários de médicos celetistas, honorários médicos de prestadores autônomos e serviços médicos prestados por pessoas jurídicas.

Segundo o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, de 03 de outubro de 2025, o projeto foi considerado juridicamente adequado e financeiramente possível, com dotação orçamentária e fonte de recursos definidas. O parecer destacou que as medidas aprovadas reforçam a transparência e o controle social e que a prioridade na destinação dos recursos

deve ser dada aos débitos em atraso com os profissionais médicos, reconhecendo a justiça dessa destinação e a necessidade de comprovação efetiva dos pagamentos.

Adicionalmente, o Plano de Trabalho apresentado pela Santa Casa em 01/10/2025, bem como os documentos municipais, reconhecem a gravidade da situação financeira e a necessidade de garantir fluxo regular de recursos para evitar desassistência, especialmente na ala pediátrica e setores de urgência e emergência.

Ademais, o cronograma de repasses financeiros indicado por esta Câmara (Indicação nº 411/2025) e os atos do Poder Executivo (Ofício nº 042/2025 – SECAJ) destacam a urgência no restabelecimento da ala pediátrica e na estabilização da equipe médica, sob pena de colapso assistencial.

Considerando os graves atrasos no pagamento dos profissionais médicos, que persistem desde fevereiro de 2025, e a relevância das condições impostas pela legislação aprovada por esta Casa, solicitamos que:

1. Sejam cobrados formalmente da Administração Hospitalar e do Poder Executivo Municipal, no âmbito de sua função fiscalizatória, os seguintes documentos e informações:
  - a) Comprovação da quitação integral dos valores devidos aos médicos celetistas e prestadores autônomos referentes às competências de junho, julho e agosto/2025;
  - b) Relatório financeiro discriminado do uso dos recursos públicos repassados, nos moldes do Plano de Aplicação aprovado;
  - c) Cronograma de repasses subsequentes e plano de execução financeira, com metas e prazos, para assegurar regularidade dos pagamentos médicos;
  - d) Prestação de contas formal no prazo legal, nos termos da legislação municipal e do art. 4º da Emenda 69/2025.

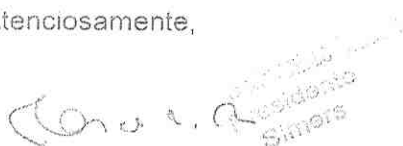


2. Sejam adotadas medidas de acompanhamento contínuo pela Câmara, inclusive por meio das Comissões competentes, garantindo transparência e efetividade na aplicação dos recursos.
3. Caso se constate descumprimento dos prazos e obrigações legais, que sejam adotadas as medidas legais e regimentais cabíveis, inclusive a convocação dos responsáveis para prestar esclarecimentos públicos.

A crise financeira da Santa Casa atinge diretamente a categoria médica, que, mesmo com atrasos reiterados, manteve os atendimentos em setores essenciais, evitando o colapso do sistema local. A correta aplicação dos recursos públicos, com prioridade ao pagamento dos profissionais e total transparência, é condição indispensável para restabelecer a confiança e garantir a continuidade dos serviços de saúde.

O SIMERS acompanha atentamente o andamento deste processo e reitera sua disposição de colaborar institucionalmente com esta Casa no acompanhamento das ações.

Atenciosamente,



**Marcelo Marsillac Matias**

**Sindicato Médico do Rio Grande do Sul**